

¹MULHERES E PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE PROFESSORAS E ALUNAS.

Morgana Maria Cardoso de Souza Silva¹

RESUMO

A presença da mulher na educação formal aconteceu recentemente no contexto histórico mundial e especialmente brasileiro. As meninas que antes se preparavam apenas para serem boas esposas e dedicadas mães, vão ver na educação uma porta de acesso ao espaço público. No entanto, ao mesmo tempo em que essa oportunidade de trabalho serviu para emancipar a mulher, vai servir como caminho para que os estereótipos recaídos sobre a mulher continuem a ser reforçados. E a escola será o ambiente propício para a reprodução desses modelos. Como professora, a preocupação em construir uma educação voltada para a equidade se torna cotidiana, e a motivação em trabalhar com gênero se faz presente desde a graduação. A proposta desse artigo é analisar como as práticas pedagógicas das professoras interferem na manutenção das supostas características do que é ser menina/mulher, a partir de uma pesquisa qualitativa, tendo como ambiente de observação uma escola estadual no município de Cabedelo. O que nos chama mais a atenção é que, mesmo com o passar das décadas, com os desdobramentos do movimento feminista, com a inserção de políticas públicas entre as mulheres etc., os discursos encontrados entre professoras e alunas ainda é o mesmo. A prática pedagógica se limita a uma generalização de temáticas, como preconceito, prejudicando a promoção da diversidade. O distanciamento e a distorção sobre conceitos como gênero, ser mulher, ser menina, ser professora, comprova o despreparo e algumas vezes até o desinteresse de profissionais, e a manutenção das meninas, futuras cidadãs, à margem das suas próprias necessidades.

Palavras chave: Gênero, Mulher, Prática pedagógica, Professoras Alunas.

INTRODUÇÃO

A presença da mulher no espaço escolar aconteceu recentemente no contexto histórico mundial e especialmente brasileiro. As meninas que antes se preparavam apenas para serem boas esposas e dedicadas mães, vão ver na educação uma porta de acesso ao espaço público. No entanto, ao mesmo tempo em que essa oportunidade de trabalho serviu para emancipar a mulher, vai servir como caminho para que os estereótipos recaídos sobre a mulher continuem a ser reforçados. E a escola será o ambiente propício para a reprodução desses modelos.

Como professora, a preocupação em construir uma educação voltada para a equidade se torna cotidiana, e a motivação em trabalhar com gênero se faz presente desde a graduação em História, sendo ampliada na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Na minha dissertação que começa a ser construída, a ideia é

^{1 1} Graduada em Licenciatura em História, Especialista em Gênero e Diversidade na Escola e Mestranda ProfHistória, todos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O artigo é fruto de reflexões ainda feitas na Especialização e expandidas nos primeiros meses do Mestrado.



analisar as relações construídas entre professoras e alunas e, talvez, ampliar essa pesquisa às diversas personagens femininas que fazem parte do ambiente escolar, refletindo sobre o papel de cada uma delas na construção de discursos mais igualitários e/ou na reprodução de padrões patriarcais

OBJETIVO GERAL

- Avaliar a relação de inserção e exclusão social presente entre as figuras femininas que compõem o espaço escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a postura pessoal e profissional de professoras e de alunas diante da temática gênero;
2. Observar como as relações de gênero interferem historicamente na prática pedagógica de professoras e em sua relação com as alunas;
3. Refletir sobre as problemáticas ainda criadas, assim como as conquistas alcançadas, a partir da inserção feminina no ambiente escolar, nas diversas funções ocupadas.

METODOLOGIA

Comparação entre documentos norteadores a nível nacional, estadual, municipal e institucional (PPP), e bibliografia sobre a temática. Realização também de uma pesquisa quali-quantitativa, para identificação, em porcentagem, do domínio existente sobre temas como “gênero”, e da existência (ou não) da aplicação de metodologias que trabalhem essa temática.

O objetivo desse trabalho é analisar a postura das mulheres e meninas que transitam pelo ambiente escolar, diante da temática gênero, buscando detectar inicialmente como os conflitos em torno desse tema vêm sendo encarados por cada um dos grupos, para identificar como eles interferem na construção social e na postura de todas essas mulheres, a partir das práticas pedagógicas e da inserção no mundo do trabalho (esfera pública). Para tanto, foi realizada uma pesquisa na Escola Estadual de



Ensino Fundamental e Médio João XXIII, que será refeita no ano de 2024, e também será aplicado um formulário no Invictus Colégio e Curso, instituição privada na qual comecei a lecionar há 4 anos. Ambas as escolas estão situadas na cidade de Cabedelo/PB.

A E.E.E.F.M. João XXIII funciona com turmas do Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio e EJA, nos turnos da manhã, da tarde e da noite, numa região periférica, circundada por inúmeras comunidades carentes. A maior parte dos alunos e das alunas é oriunda dessas comunidades. Por isso, os problemas como ausência de pai, mãe e/ou responsável na escola, envolvimento de discentes com drogas etc. são frequentes. A instituição foi fundada por uma família norte-americana, que construiu o espaço como um projeto social, para atender à comunidade, passando a funcionar como escola em 1970. Possui um gestor, uma coordenadora pedagógica (apenas para a EJA) e, em 2023, trabalha com 392 discentes matriculados. Nesta instituição atuo como professora de História das turmas do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, nos turnos da manhã e da tarde.

Já o Invictus Colégio e Curso funciona com turmas do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, divididas nos turnos da manhã e da tarde. Fica localizada numa região mais central da cidade, atendendo não só alunos e alunas de Cabedelo, mas também um público significativo de Lucena e Forte Velho, que utilizam a balsa para seu deslocamento. A instituição foi fundada no ano de 2020, e possui uma diretora, uma equipe pedagógica e, em 2023, trabalha com 386 discentes matriculados. Na referida instituição atuo também como professora de História nas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, nos turnos da manhã e da tarde.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão de gênero ainda gera bastante debates, especialmente pela resistência de alguns setores em concordar com a inclusão do tema no ambiente escolar. Porém, independente da inclusão oficial ou não dessa temática, ela já se faz presente enquanto tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais desde 1998:

A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são



oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. (MEC, 1998, p. 296).

O conceito de gênero “[...] foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que [...] a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura.” (GDE, 2009, p. 39). É uma definição enraizada no movimento feminista onde “[...] não é negada a biologia, mas enfatizada [...] a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.” (LOURO, 1997, p. 22). Como afirma Simone de Beauvoir (1967):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (p. 9)

Os profissionais da educação precisam entender a importância desse e de outros temas transversais na construção cidadã de alunos e alunas e devem aplicar tais discussões em suas atividades, independente das formalidades ou não que elas alcancem. Afinal de contas, como afirma Seffner (2016, p. 54):

“A apresentação do mundo se dá a partir do que está definido nas políticas públicas que abordam a educação, preservando a liberdade criativa do professor [...]. Um adulto de referência deixa claro que sua ação opera dentro de diretrizes fixadas em políticas públicas, sejam elas de gênero [...], de sexualidade [...]”

Também vale salientar que a ausência de discussões acerca de temáticas como gênero pode ser explicada pela escassez de orientação apresentada pelos documentos que deveriam nortear os profissionais da educação.

Analisando a BNCC, na parte de Competências Gerais das Ciências Humanas para o Ensino Médio, vemos:

“[...] a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental [...] tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.” (p. 561).

Observa-se a presença de termos generalistas como “direitos humanos”, ou “combate aos preconceitos”, sem ênfase às especificidades dos diversos grupos.



No que tange a rede Estadual de Ensino, existem documentos norteadores que são lançados anualmente. Além de documentos específicos, para cada seguimento, existe um geral, chamado Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba. Neste documento, palavras como gênero e sexualidade já aparecem de forma mais explícita:

"A educação em Direitos Humanos é toda a aprendizagem que desenvolve o conhecimento, as habilidades e os valores desses direitos, garantindo o direito ao acesso, à permanência e ao sucesso das pessoas, tendo como princípio reconhecer e respeitar as diversidades (de gênero, de orientação sexual, socioeconômica, religiosa, cultural, étnico-racial, territorial, físico-individual, geracional e de opção política)." (p. 33).

Porém, mesmo com um documento que parece mais inclusivo, as formações continuadas para professores são escassas e, o próprio PPP da Escola João XXIII não segue a tendência documentada pelo Estado:

"[...] A entidade repense as imperfeições sociais, políticas e econômicas, garantido a todos as condições necessárias de obter uma educação de qualidade; valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, fortalecendo o comprometimento com a educação para a diversidade [...]" (p. 7).

Na verdade, no PPP da escola estadual em questão, percebe-se um discurso tradicionalista, pouco alinhado com as últimas mudanças legislativas da educação, e com as transformações que vemos acontecendo ao nosso redor. Fala-se em "educação para a diversidade", mas visando os direitos coletivos, que em outras partes do texto se ligam mais a valores como família, como ética, mas sem muito foco nas individualidades.

E quando partimos para a legislação a nível municipal, a situação fica ainda mais crítica. Primeiro que não há um documento norteador municipal. O município trabalha apenas com estatísticas e números a serem alcançados e batidos. Além disso, como a escola privada também a ser analisada na dissertação possui turmas da educação infantil, ela funciona submetida à rede municipal. Uma rede sem documentação. Vale salientar que, de acordo com a LDB, mesmo as escolas particulares precisam ter PPP. E o Invictus possui o seu. No entanto, se tratando de uma instituição privada, a elaboração desse documento se faz pela própria direção e coordenação, sem a participação de representantes do corpo docente, discente ou comunidade.



No caso do PPP do Invictus, encontra-se desatualizado, tendo sido feito em 2021, e apresenta apenas a questão do combate à discriminação quando refere-se ao Ensino Fundamental: “[...] posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou de outras características individuais e sociais” (p. 12).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação da escola estadual foi iniciada ainda na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2015, para meu artigo de conclusão. Já a inclusão da análise da escola privada aparece agora para ampliar a discussão, visando a formulação do meu projeto de mestrado, a partir de uma comparação entre classes sociais diferentes. A temática está sendo definida aos poucos, mas a escolha por mesclar técnicas qualitativas e quantitativas existe para que uma possa dar embasamento à outra.

Em 2015, um questionário foi aplicado com quatro professoras do Ensino Fundamental Anos Iniciais e três professoras do Ensino Fundamental Anos Finais, e entrevistas foram realizadas com duas professoras, sendo uma de cada nível, para que quaisquer dúvidas remanescentes dos questionários fossem retiradas. Também foram realizadas entrevistas com quatro alunas, do sexto ao nono ano, sendo uma de cada série, buscando analisar como as estudantes se sentem enquanto meninas e quais influências as posturas das suas professoras exercem sobre elas. Inicialmente se pretendia realizar também uma entrevista com uma aluna de alguma das séries do Ensino Fundamental Anos Iniciais, mas nenhuma das alunas se colocou à disposição para isso. Os resultados gerais foram os seguintes:

Questionamentos	Porcentagem das que responderam os questionários
Professoras que trabalham a temática Gênero em suas aulas	42%
Professoras que já participaram de alguma formação sobre a temática Gênero	30%
Alunas que afirmam que a temática	



Gênero não faz parte do seu cotidiano escolar	100%
---	------

As considerações supracitadas nos conduzem aos seguintes questionamentos: Quais estratégias devem ser utilizadas para sanar tais defasagens? Quais objetivos devem ser ressaltados na hora de trabalhar sobre gênero?

Para analisarmos melhor as mudanças (ou não) ocorridas no pensamento das professoras das instituições escolhidas como objeto de estudo, precisamos refletir sobre a chegada das mulheres no meio da educação formal e o discurso que foi construído diante dessa inserção.

Se recuarmos um pouco no tempo, veremos a presença da educação na vida das meninas apenas como meio de prepará-las para assumirem seu papel social de boas donas de casa, boas esposas, boas mães. Elas recebiam uma educação formal para aprender a ler, escrever, contar, coser e bordar, o que era feito em suas próprias casas. Recomendavam até que as mulheres só saíssem em três ocasiões: para se batizarem, para se casarem e para serem enterradas. Aprendiam também os princípios da religião para que pudessem se proteger dos “defeitos ordinários do seu sexo” (ARAÚJO *apud* DEL PRIORE, 1997, p. 122).

A entrada no mundo contemporâneo, e todas as suas transformações, marcado pela busca incessante do progresso reforçará o modelo da mulher enquanto “pilar de sustentação do lar” (DEL PRIORE, 1997, p. 447), a educadora das gerações do futuro. Mas, se antes a participação feminina limitava-se ao espaço privado, essa ligação com o social trouxe certo grau de liberdade, alcançada através de um aprofundamento intelectual que terá, dentre outros caminhos, o acesso à educação como meio de emancipação e acesso ao espaço público.

De acordo com Louro (1997), logo após a Proclamação da Independência, o Brasil sentia a necessidade de crescer e perder o caráter de país atrasado e primitivo. No entanto, grande parte da sua população era analfabeta. Aos poucos, então, foram sendo criadas as primeiras escolas, separadamente para meninos, obviamente com maior número, ensinados por professores, e para meninas, ensinadas por professoras (DEL PRIORE, 1997, p. 444).



Contudo, com o tempo, começou a ocorrer a “feminização do magistério”, provocada pelo crescimento do número de alunas do magistério e o simultâneo decréscimo do número de alunos, causado no mundo todo, principalmente pela ampliação do mercado de trabalho gerada pela urbanização e a industrialização (DEL PRIORE, 1997, p. 449), e reforçado pela ideia de que as mulheres teriam uma inclinação natural para cuidar de crianças. Como declarado por uma professora: “É um trabalho para mulheres; é preciso ser uma mãe para as criancinhas” (BELOTTI, 1975, p. 123).

Por mais que a frase acima tenha sido retirada da obra de Belotti (1975) há quase cinco décadas, esse pensamento continua a ser reproduzido dentro do ambiente escolar. E é essa trajetória histórica e suas consequências na prática escolar que geram as inquietações que me trazem a essa proposta de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da pesquisa, podemos considerar que as professoras demonstraram falta de conhecimento sobre gênero uma vez que parecem compreender a questão como uma construção social, mas não o fazem segundo uma reflexão teórica aprofundada.

Considera-se que a ação para introdução dessa e de outras questões deve ser mais incisiva, fazendo parte dos pressupostos de um profissional mais qualificado. Se docentes não procurarem promover uma aprendizagem permanente, que recicle suas ideias, os órgãos responsáveis deveriam garantir que esses conteúdos chegassem até eles.

O tipo de educação que devemos reproduzir aos discentes precisa buscar “desenvolver uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença, embora reconheçamos que desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos [...]. Precisamos [...] ir além da promoção de uma atitude apenas tolerante para com a diferença [...]” (GDE, 2009, p. 14 – 15).

A escola é realmente um espaço de (re) produção de valores, como defendido desde sempre. O que deve ser motivo de atenção e preocupação de todos e todas envolvidos e envolvidas na educação é o tipo de valores e a forma como eles vem sendo



repassados. E sem a formação adequada de nossos e nossas profissionais, o pensamento repassado será sempre o de promoção das diferenças, e não da equidade.

Ficou evidente nas falas de alunas e professoras que o discurso sexista presente desde a inserção das mulheres na educação formal continua existindo nas práticas pedagógicas e nas relações construídas dentro do ambiente escolar. A sensação ao comparar os discursos coletados na pesquisa com a abordagem teórica é de que o tempo não passou. E o mais preocupante é que na maior parte das vezes esse discurso é apresentado de forma naturalizada, sem que professoras e alunas sintam o “peso” que tais posturas acarretam na vida delas.

Sejam por fundamentos religiosos ou por educação familiar, as mulheres ainda se sentem cobradas a agir de maneira mais doce, calma, bem-educada, em contrapartida aos meninos. E isso influencia nos relacionamentos, nas atividades escolares, nas falas dos discentes.

A menina que não quer fazer trabalhos com meninos, a professora que acredita nas diferenças biológicas entre meninos e meninas que determinam seu comportamento, a professora que considera o magistério como uma profissão feminina, a aluna que se sente coagida pelo machismo do irmão. Todas essas e outras situações foram observadas no contexto escolar, mas poderiam ser um retrato de diversas instituições escolares. A mudança é necessária e a problemática com relação à temática abordada, persiste.

Os dados sugerem que a escola tem negligenciado seu importante papel político de instrumento de modificação social, e os documentos norteadores ainda não dão conta de uma reflexão clara e objetiva. As discussões sobre gênero devem permanecer inseridas e ser problematizadas no campo educacional.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7960



1-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12/07/2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12/07/2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS)**. Orientação Sexual. Ensino Fundamental, 1998. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso em 12/07/2023.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Políticas da diferença**: para além dos estereótipos na prática educacional. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/0D/es/v27n95/a09v2795.pdf>. Acesso em: 05/09/2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GDE. **Livro de Conteúdo**. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **O Ensino de História no Brasil**: contextualização e abordagem historiográfica. Disponível em <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202313919310a55132947b2af0059b956/7>. O ensino de História no Brasil- contextualizacao e abordagem historiografica.pdf. Acesso em 12/07/2023.

PARAÍBA. **Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba 2023**. Disponível em <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/DiretrizesOPEscolas.pdf>. Acesso em 12/07/2023.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba - Educação Infantil e Ensino Fundamental, 2023**. Disponível em <https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>. Acesso em 12/07/2023.

PARAÍBA. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba - Ensino Médio, 2023**. Disponível em <https://pbeduca.see.pb.gov.br/p%C3%A1gina-inicial/propostas-curriculares-da-para%C3%ADba>. Acesso em 12/07/2023.

ISSN: 2358-8829



SEFFNER, Fernando. **Escola pública e professor como adulto de referência:** indispensáveis em qualquer projeto de nação. Educação Unisinos. Porto Alegre, RS, v. 20, p. 48-57, janeiro/abril 2016.